

Históricos querem eleição 90 dias após a Carta

Plebiscito é proposto em seis emendas



De 382 emendas apresentadas até ontem ao plenário da Assembleia Constituinte, seis pedem um plebiscito para a definição

do sistema de Governo e duas propõem a realização de eleições presidenciais diretas este ano, com a posse do sucessor do presidente Sarney em primeiro de janeiro de 1989. Os deputados Róspide Netto (PMDB-RS) e José Santana Vasconcelos (PFL-MG) querem eleições em 15 de novembro e o segundo estende esse pleito também a governadores, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, além de senadores.

Limitando sua emenda apenas à fixação do mandato presidencial em quatro anos, Róspide Neto diz que o presidente Sarney não tem nenhum motivo para se sentir discriminado com a redução do seu tempo no poder. O Presidente jurou, à beira do túmulo de Tancredo Neves, que seguiria todas as decisões antes tomadas pelo saudoso Presidente, diz o parlamentar em sua justificativa, pedindo a Sarney que cumpra os compromissos assumidos. Ao final, ele diz: "O importante não é a duração do mandato presidencial, mas sua qualidade".

Plebiscito

Além de pedir eleições este ano, a emenda de José Santana Vasconcelos prevê a realização de um plebiscito no mesmo dia 15 de novembro, a fim de que o eleitor decida se deseja mudar o Governo para um sistema parlamentarista. Também interessados num referendo popular, apresentaram emendas pedindo a manifestação do eleitorado sobre o parlamentarismo os deputados Cunha Bueno, Lúcio Alcântara, Alexandre Puzyna, Mário Assad e Michel Temer. Sem nenhuma pressa pela mudança do regime, Mário Assad propõe um plebiscito durante as eleições municipais deste ano, mas quer que o sistema, acaso alterado, só entre em vigor dois anos após a posse do sucessor de Sarney.

Michel Temer quer uma consulta popular 90 dias após a promulgação da Constituição e dispõe em sua emenda que, se a população rejeitar o sistema instituído, uma comissão especial deverá regulamentar em 15 dias um outro regime, submetidos a decisão à nova votação da Assembleia Constituinte. Ele deseja que a nova Constituição só entre em vigor após a decisão definitiva sobre o sistema de governo. Apesar de derrotado em todas as tentativas de aprovar uma emenda monarquista, o deputado Cunha Bueno ainda não perdeu as esperanças. Ele apresentou uma emenda pedindo um plebiscito para que o povo decida se quer uma República presidencialista, ou uma República parlamentarista ou uma Monarquia parlamentarista.

Eleição geral

Mas se há tantos parlamentares preocupados em obter um referendo popular para o sistema de Governo, existe também quem deseja a implantação imediata de um regime de gabinete, com a consequente nomeação de um primeiro-ministro. É o caso do deputado Furtado Leite, que pede a mudança do sistema de Governo a partir de 15 de março deste ano. Apenas um parlamentar apresentará até o final da tarde de ontem emenda em favor dos cinco anos. Foi o deputado Mozarildo Cavalcante (PFL-PR), que pede eleições gerais para o dia 15 de novembro do próximo ano, com a posse dos eleitos 45 dias depois do pleito.

Também só um parlamentar apresentou até ontem emenda acabando com o sistema parlamentarista de Governo já votado na Comissão de Sistematização. Trata-se de Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que deseja devolver ao Presidente da República as funções de chefe de Estado e chefe de Governo.

Emancipação

O artigo do projeto de Constituição referente aos direitos do ser humano, desde a concepção já foi abordado também em duas emendas, cheias de preocupação sobre planejamento familiar. O deputado Sarney Filho (PFL-MA) apresentou uma proposta garantindo ao homem e à mulher o direito ao planejamento familiar, e Sotero Cunha (PDC-RJ) pediu para os casais o direito de determinar livremente o número de filhos. A emenda mais ambiciosa até agora apresentada é a do deputado Osmir Lima (PMDB-AC), que pede a emancipação do Acre. O parlamentar diz que seu intento mesmo é chamar a atenção do Governo para o abandono do seu Estado.



Reunida ontem, a cúpula do grupo dos Históricos definiu proposta que Scalco apresentará hoje

Newton, em pregação solitária, tenta reunir os governadores

Salvador — O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, se reuniu durante mais de duas horas no Palácio de Ondina com o governador Waldir Pires, cumprindo mais uma etapa de peregrinação quase solitária que ele vem fazendo na busca de apoio de seus colegas de vários estados à tese de 5 anos de mandato para o presidente Sarney. Cardoso convidou Pires para uma reunião dos governadores do PMDB em Belo Horizonte, na próxima semana, para decidir o que deve ser feito em relação à "Casta do Rio de Janeiro", que eles assinaram, assumindo a tese dos 5 anos para o atual Presidente da República.

O jantar dos governadores de Minas e da Bahia se deu na noite de quinta-feira, no mesmo ambiente onde Waldir Pires recebeu na semana passada os seus colegas do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e Miguel Arraes, de Pernambuco, para combinar a estratégia de esforço político comum que eles irão desenvolver em favor da realização de eleições para a sucessão do presidente Sarney neste ano de 1988.

Mesmo exibindo o tempo inteiro a postura de fiel defensor dos cinco anos de mandato para Sarney, o governador de Minas ao sair da

reunião em Ondina, demonstrou não estar disposto a se manter aferrado à posição: "Se a maioria dos governadores resolveu mudar o documento aprovado no Rio de Janeiro, vamos mudar a carta. Vamos atualizá-la, fazer aditamento da carta no sentido de atender ao que pensa a sociedade. Nós não podemos é ficar contra o povo", frisou.

Constituição Já

Newton Cardoso concordou com Waldir Pires na defesa da tese "Constituição já", ponto que ambos consideraram como o mais importante entre todos os assuntos que eles discutiram na reunião de Ondina. "Vamos trabalhar juntos pela aceleração dos trabalhos da Constituinte, no sentido de que tenhamos a nova Constituição brasileira aprovada o mais rápido possível, no máximo até abril", destacou Pires.

"Não vim à Bahia mudar a posição de Waldir. Ele é um professor de política e não seria eu que iria lhe dar 'aula'", disse Cardoso, que se esmerou em todas as entrevistas que deu na capital baiana em esgrimir o seu linguajar típico, sempre rebuscado e recheados de ditos populares. Em alguns momentos chegou a cometer o que poderia ser con-

siderado indelicadeza com o governador da Bahia, um político refinado, quando falou, por exemplo, sobre o "envelhecimento do PMDB", que segundo Cardoso se ressentia de um líder moderno, que fale para as massas urbanizadas e que segundo ele seria o candidato ideal do PMDB para a sucessão do presidente Sarney.

Indelicadeza

Em entrevista concedida ontem em Salvador antes de fazer uma visita ao arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, D. Lucas Moreira Neves, um mineiro e primo do presidente Tancredo Neves, o governador de Minas Gerais voltou a insistir em seu ponto de vista de que a discussão da duração do mandato do atual presidente da República é uma questão secundária, devendo ser priorizada a defesa da "Constituição já", e da ajuda ao governo para superar as atuais dificuldades econômicas e sociais.

"O povo está muito preocupado não é com eleição. Ele está preocupado é com o custo de vida, com a casa própria, com a escola para seu filho, com o posto médico para atender bem a população. Nós temos a qualquer custo, é que atender as mínimas reivindicações populares", defende o governador de Minas.

Aceno ao povo

O presidente José Sarney tentou reviver ontem tempos de popularidade, quando costumava descer a rampa do Palácio do Planalto no final das tardes de sexta-feira. Percebendo a multidão que assistia da praça dos Três Poderes à solenidade dos dragões da Independência, Sarney mandou que o seu motorista fizesse uma manobra na contramão para que pudesse passar acenando devagar, bem próximo aos turistas e curiosos que o aplaudiam. A súbita manifestação pegou de surpresa a segurança, mas ninguém avançou no carro do Presidente que, uma vez satisfeito em seu desejo, saiu em disparada.

Atração antiga

Candidato à Presidência da República pelo PTB, o senador Afonso Camargo (PR) — que até há pouco tempo integrava o Grupo Progressista do PMDB — está tentando atrair antigos companheiros do PDS (ele foi senador biônico pelo partido) para entrar no partido trabalhista e reforçar seu nome para a sucessão presidencial.

Tirar licença

O deputado Roberto Rolemberg, coordenador da bancada do PMDB paulista e ligado ao governador Orestes Quéricia, confirmou articulações para apresentação de emenda ao anteprojeto de Constituição permitindo que ocupantes de cargos do Executivo possam se licenciar para disputar a sucessão do presidente José Sarney.

Mulher já

A presença ontem da deputada Irma Passoni (PT-SP) na presidência da sessão da Câmara levou o deputado Fernando Santana (PCB-BA) a fazer um desafio: "Estamos um tanto desconfiados da capacidade do político brasileiro. Depois de 155 anos de domínio absoluto dos homens, eles não jogaram o País para a frente, como deveriam ter feito". E completou dizendo esperar que a Presidência da Casa "venha a ser ocupada efetivamente por uma mulher, assim como também a Presidência da República". E se o sistema de governo transformar-se em parlamentarista, espera que o cargo de primeiro-ministro seja ocupado também por uma mulher, como na Inglaterra.

Os líderes do Grupo dos Históricos do PMDB vão apresentar, na reunião de hoje, proposta que prevê eleição para Presidente da República 90 dias após a promulgação da futura Constituição — que deverá estar pronta até o próximo mês de abril — com a posse do eleito em 15 dias. A proposição foi fechada, ontem pela manhã, durante reunião dos chamados «cardeais» do partido, no Hotel Nacional, e deverá ser apresentada pelo deputado Euclides Scalco (PR), vice-líder na Constituinte.

Caso a proposta seja aprovada na reunião dos Históricos, marcada para às 9h00, ela será apresentada por um dos parlamentares do grupo como emenda ao projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização que prevê um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Unidade

Com a proposição de eleição presidencial 90 dias após a promulgação da nova Constituição, os líderes dos Históricos visam unir as diversas correntes dentro do grupo como é o caso do Movimento Unidade Progressista do PMDB. Assim, a iniciativa da cúpula do grupo deverá esvaziar a proposta do MUP de romper com o Governo uma vez que, caso a eleição seja marcada para o meio do ano, não há necessidade de se tomar esta atitude uma vez que o mandato do presidente Sarney terminaria no máximo em agosto.

Segundo o ex-governador Franco Montoro, um dos ins-

Governo já rompeu, diz grupo

O PMDB não precisa mais romper com o Governo, porque o Governo já rompeu com o PMDB. Esta deverá ser a colocação básica da reunião de hoje cedo, do chamado Grupo Histórico do PMDB, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O grupo mais à esquerda, integrado ao Movimento de Unidade Progressista — (MUP), está exigindo uma reunião consequente. "Se for aguada, mais de 20 parlamentares começarão a deixar o PMDB" — disse um dos líderes do grupo, deputado Jorge Hage (BA).

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, quem estiver pensando em comparecer à reunião para se despedir do partido, não tem nada a fazer lá. "Pode ficar em casa". A recomendação foi feita pelo senador quinta-feira, à noite, em seu apartamento durante encontro informal com cerca de 60 peemedebistas históricos e do MUP.

Covas e o senador José Richa acham que a reunião de hoje não é o local nem o momento para de-

clarar o rompimento de relações do PMDB com o Governo. A decisão seria da competência da Convenção Nacional. Os históricos defendem a convenção depois de promulgada a nova Constituição, mas o MUP prefere convenção já, para aprovar o rompimento já.

Os integrantes do MUP, entretanto, sentindo a reação de líderes do Grupo Histórico, como Covas, Franco Montoro, José Richa e outros, contrária à declaração de guerra ao Governo, já estão aceitando a colocação de reconhecer que o Governo já rompeu com o PMDB.

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, quem estiver pensando em comparecer à reunião para se despedir do partido, não tem nada a fazer lá. "Pode ficar em casa". A recomendação foi feita pelo senador quinta-feira, à noite, em seu apartamento durante encontro informal com cerca de 60 peemedebistas históricos e do MUP.

Covas e o senador José Richa acham que a reunião de hoje não é o local nem o momento para de-

clarar o rompimento de relações do PMDB com o Governo. A decisão seria da competência da Convenção Nacional. Os históricos defendem a convenção depois de promulgada a nova Constituição, mas o MUP prefere convenção já, para aprovar o rompimento já.

Os integrantes do MUP, entretanto, sentindo a reação de líderes do Grupo Histórico, como Covas, Franco Montoro, José Richa e outros, contrária à declaração de guerra ao Governo, já estão aceitando a colocação de reconhecer que o Governo já rompeu com o PMDB.

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, quem estiver pensando em comparecer à reunião para se despedir do partido, não tem nada a fazer lá. "Pode ficar em casa". A recomendação foi feita pelo senador quinta-feira, à noite, em seu apartamento durante encontro informal com cerca de 60 peemedebistas históricos e do MUP.

Covas e o senador José Richa acham que a reunião de hoje não é o local nem o momento para de-

Quéricia descarta rompimento

São Paulo — O governador Orestes Quéricia manifestou-se ontem totalmente contrário à reavindicação de alguns peemedebistas que querem romper com o presidente José Sarney, visando acima de tudo às eleições presidenciais. Tanto assim que, ontem após um rápido encontro com o governador Marcelo Miranda (MS), ao ser perguntado como via a movimentação de uma parte do PMDB que quer rompimento com Sarney, Quéricia respondeu: "Quando da vigência do Plano Cruzado I, ninguém deles queria romper com o Governo. Por quê? Quem mudou? Não mudou nada. O Presidente continua o mesmo. E isso que quero dizer. Então, falar em rompimento com o Governo não me parece correto".

Por esse mesmo motivo, Quéricia acha que o presidente José Sar-

ney deverá apoiar o candidato escolhido pela convenção do PMDB para disputar a sucessão: "E isso é evidente, porque ele é do PMDB. Independentemente do que eu acho, o Presidente vai estar nos palanques com o candidato do partido, porque ele é do PMDB. Todos nós teremos de estar juntos no mesmo palanque para ganhar as eleições. E temos de assumir as vantagens e os ônus do Governo".

Quanto à necessidade ou não de o candidato do partido defender o Presidente nos palanques, Quéricia explicou: "O candidato deve ser candidato que deve defender a bandeira do partido. Se eventualmente em algum caso achar que deve defender o Governo tem de defender. É uma questão que o candidato vai avaliar, no momento oportuno, se quiser ganhar as eleições".

Ulysses, "candidato natural"

Dirigentes do PMDB informaram ontem que o presidente Sarney e o governador Orestes Quéricia chegaram a um acordo: o candidato do PMDB a Presidente da República deve ser Ulysses Guimarães. Coincidindo com a informação, o líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), afirmou que o candidato do PMDB já tem seu retrato completo e acabado — é Ulysses. "O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte — destacou Ibsen Pinheiro — tem na construção e no fortalecimento do partido a grande obra de sua vida".

Acrescentou que o presidente do PMDB "é o primeiro cidadão da República, em qualquer cargo que ele ocupe. Ulysses é mais do que o perfil. É o retrato completo e acabado do candidato natural do PMDB".

Mesmo assim, Ibsen Pinheiro continua convencido de que este não é o momento para o lançamento da candidatura do PMDB, ainda que a de Ulysses Guimarães. "Este momento será depois que a Constituinte definir o sistema de Governo e a data das eleições", acentuou o líder.

Inocência é contra as gerais

O deputado Inocêncio Oliveira (PE), líder em exercício do PFL, combateu ontem a ideia de realização de eleições gerais este ano, defendida pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), para o caso de ser aprovado o parlamentarismo no Brasil. Para Inocêncio, o mandato dos eleitos em 1986 é absolutamente legítimo, "pois foi o pleito mais livre que o País já teve até hoje".

O parlamentar observa que no Brasil os pleitos se transformaram num «problema econômico» devido às enormes verbas que têm que ser gastas durante as campanhas, e portanto a redução dos atuais mandatos só seria aceitável — a seu ver — se houvesse uma rigorosa legislação coibindo o abuso do poder econômico.

Além do mais — argumenta Inocêncio — após a promulgação da Constituição é necessário elaborar, o mais rápido possível, a legislação ordinária e complementar, «caso contrário a Constituição fica capenga».

Inocêncio admite ser correto o raciocínio de que o atual Parlamen-

to não foi eleito para governar o Brasil, como ocorreria no caso de ser aprovado o parlamentarismo, mas ao mesmo tempo observa que esse mesmo Parlamento recebeu do povo a incumbência de formular a nova Constituição, que implica no direito de mudar a forma de governo.

O líder em exercício do PFL criticou ontem a posição dos empresários a favor da indenização para o trabalhador demitido a contar apenas a partir da promulgação da nova Constituição. Pela proposta do «Centrão» (grupo do qual Inocêncio é integrante) os trabalhadores demitidos terão direito à indenização no valor de um salário por cada ano de trabalho na empresa. Inocêncio considera que essa indenização deveria aumentar progressivamente, com mais de um salário por cada ano, para os trabalhadores mais antigos. «Os empresários têm o direito de manifestar seu ponto de vista, mas não têm o direito de exigir algo que contrarie a maioria em defesa dos interesses nacionais», protestou o parlamentar.

Pleito, só presidencial

A única eleição posta em discussão é para a presidência da República. Falar em outros cargos é uma tentativa de confundir a opinião pública e pressionar os políticos favoráveis ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Esta é a avaliação das lideranças do grupo Histórico do PMDB, que consideram a proposta do deputado Heráclito Fortes, de convocação de eleições, gerais para todos os níveis em novembro de 1989, incoerente e inviável.

"Está difícil até mesmo segurar a eleição para presidente até novembro, tamanha é a vontade da população de votar já. Não vejo nenhuma razão nem vantagem nesta proposta", analisou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Segundo Covas, só a prorrogação do mandato dos prefeitos já caracteriza a incoerência da proposta. "Eles estão cumprindo um



Covas: incoerência

mandato de seis anos justamente para evitar a coincidência de mandato com os governadores. Agora querem prorrogar seus mandatos para sete anos para voltar a coincidência? Isto não tem nenhuma lógica", considerou o senador.